

Áreas verdes

Brasília

GDF pede ao Planalto a retirada do projeto

O governador do Distrito Federal, Aimé Lamaison, enviou ofício ao ministro-chefe do Gabinete Civil da presidência da República, João Leitão de Abreu, solicitando a retirada do projeto de lei nº 4.937, que dispunha sobre a desafetação dos espaços de uso comum da população do Distrito Federal, ou seja, às áreas verdes. O governador esclarece no documento que a retirada do projeto tem o objetivo de se evitar maior polêmica em torno do assunto, permitindo um reestudo da matéria. O projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e deveria seguir para a Comissão do Interior.

Segundo o deputado Aluizio Bezerra (PMDB - AC), esta decisão do GDF é consequência das muitas manifestações da população de Brasília que "se levantou e gritou contra a desafetação, alegando que os planos iniciais de Lúcio Costa e Oscar Niemayer não poderiam ser mudados. E, se isto fosse feito, tinha de haver pelo menos discussões com os moradores para decidir de que forma o projeto seria apresentado ao Congresso".

Apesar de reafirmar no documento que o projeto proposto atende às necessidades de implantação e modernização de equipamentos urbanos, destinados a corresponder às exigências do atual estágio de desenvolvimento da capital da República, o governador do DF pretende um reexame dos estudos técnicos dos quais havia resultado o anteprojeto, submetido ao presidente da República, e por este encaminhamento ao Congresso Nacional através de mensagem. Lamaison pede que o projeto nº 4.937 seja retirado, antes de ser votado em plenário.

No documento, Lamaison diz que o projeto encontrou diversas críticas e manifestações desfavoráveis, sendo o principal argumento que o texto legal proposto era obscuro, suficiente para o ensejo de futura alienação a terceiros.

REPRESENTAÇÃO

Qual a arma que a população do Brasil teria se este projeto fosse regulamentado? Todo o Brasil estaria à mercê das especulações imobiliárias. Se, sem a regulamentação, algumas empresas imobiliárias já fazem uso das áreas verdes do Distrito Federal, como no caso do prédio "fantasma" da 412 Sul e na península

Norte, o que a especulação imobiliária não faria se esta proposta do GDF fosse colocada sob a forma de lei?" indaga o deputado Aluizio Bezerra.

Além disso, ele afirma que a discussão que o secretário de Viação e Obras, José Carlos Mello, propôs à população para mostrar o seu espírito democrático, naquela época, não iria adiantar em nada para que o projeto deixasse de tramitar nas comissões. "O projeto já era uma realidade e, mais cedo ou mais tarde, iria ser votado pelos parlamentares. Esta proposta deveria ter sido feita antes do projeto começar a tramitar na Câmara, ou então agora, caso o GDF decida elaborar um novo anteprojeto. A comunidade tem de ser ouvida para que o Governo saiba de seus reais interesses".

Por este e por todos os projetos que possam tramitar no Congresso Nacional sobre Brasília é que o deputado acreano acha que o Governo deve considerar o pedido de toda a população para uma representação política para o Distrito Federal, a nível de Assembléia Legislativa, e na Câmara e no Senado Federal. "Os projetos sobre a Capital da República não podem passar em branco. Se faz necessário uma representação para que o povo de Brasília possa opinar e contestar, como é direito de todos os cidadãos brasileiros. Não podemos deixar que projetos como o de desafetação das áreas verdes tramitem sem qualquer objeção, e a revelia da população. Foi por acaso que a discussão veio à tona. E, com isto, o GDF pôde ver as demonstrações desfavoráveis".

REESTUDO

Este reestudo proposto pelo governador Aimé Lamaison, segundo o deputado, prova que o GDF viu que o povo brasileiro tem o direito de opinar e que projetos sobre o Distrito Federal não poderão mais tramitar livremente, sem que a população se manifeste. O Jornal de Brasília acompanhou o caso desde o começo, denunciado pelo advogado do PMDB Osmar Alves de Mello, em 15 de agosto último.

O anteprojeto do GDF tinha sido encaminhado ao Palácio do Planalto para ser submetido ao Presidente da República no dia 13 de junho. Somente um mês depois é que a população do DF tomou conhecimento do fato.